



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

### **O PREMEM – EDUCAÇÃO E PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO NA BAHIA NO GOVERNO LUIZ VIANA FILHO**

José Alves Dias\*  
(UESB)

#### **RESUMO**

A implantação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – PREMEM, na Bahia, durante o governo de Luiz Viana Filho, significou a ampliação da estrutura escolar direcionada ao ensino médio e a tentativa de associar uma postura educacional humanística às demandas do processo de industrialização em curso naquele momento. A convergência desses objetivos encerra contradições de natureza política que se refletem nas demais áreas de atuação da elite dirigente baiana. Temas como liberalismo político e desenvolvimento econômico se incluem nos paradoxos encontrados no discurso e na prática dos principais articuladores do poder na Bahia durante a ditadura militar, mas que têm antecedentes em lideranças contemporâneas a Juscelino Kubitschek. Esses aspectos diluem a argumentação da postura liberal de certos setores políticos da Bahia e reforçam a possibilidade da emergência de outros temas como unificadores do pensamento conservador da elite política na Bahia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bahia; PREMEM; Elite.

#### **INTRODUÇÃO**

Durante a recente ditadura brasileira, os administradores públicos baianos assumiram um discurso e uma prática sustentados na idéia de modernização urbana e desenvolvimento industrializado. Essa perspectiva, de âmbito nacional, iniciou-se na Era Vargas, tomou impulso no governo de Juscelino Kubitschek e se regionalizou

---

\*Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

nas décadas de 1960 e 1970 com a concorrência entre os estados, gerada pela migração urbana e o aumento efetivo de desempregados nas grandes cidades do país.

Dentro desse contexto, a Bahia aparece competindo pelos benefícios estatísticos e fiscais do desenvolvimento industrializado em oposição à dianteira dos estados sulinos, à qual, incomodava os setores dirigentes da política e da economia baiana.

Diante da expectativa modernizadora, estabeleceu-se durante o governo Luiz Viana Filho, uma parceria entre a União e a Bahia que possibilitou a implantação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – PREMEM. O projeto, coordenado pelo secretário de Educação Luiz Navarro de Brito, se constituiu basicamente na criação de escolas polivalentes com excepcional infra-estrutura para abrigar o corpo docente, discente e funcional das unidades escolares.

O referido plano, elaborado em função da gravidade dos problemas educacionais no país, foi aplicado em diversos estados e, além da estrutura, previa, também, o treinamento de profissionais, docentes ou não, e a inserção de uma concepção educacional diferenciada para os padrões da época.

Com os recursos destinados pelo governo federal ao projeto, Luiz Viana Filho ampliou significativamente os investimentos em educação, com a finalidade de expandir o acesso à escolaridade de nível médio na Bahia. A justificativa para o incremento qualitativo e quantitativo baseou-se na argumentação de uma associação benéfica entre a concepção de educação humanística e as necessidades de preparação para as atividades produtivas.

Para Luiz Viana Filho que, como governador, priorizou a educação visando impulsionar o tipo de desenvolvimento já referido, os investimentos nessa proposta tiveram significações e impactos relevantes, inclusive por suas dimensões. Ele enviou ao parlamento estadual um projeto de lei que liberava o executivo dos limites



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

orçamentários e permitia suplementação de verbas para obras públicas no setor da educação e da cultura.<sup>499</sup>

No teor da mensagem enviada à Assembléia Legislativa, o governador Luiz Viana Filho justificava os benefícios pedagógicos de sua iniciativa e associava a formação humana e profissional como interfaces do processo educacional e ao contexto sócio-econômico do país naquele momento:

O ginásio polivalente é síntese de melhor experiência brasileira na formação geral e formação vocacional. Seu objetivo é oferecer experiências de iniciação humanística, científica e prática destinadas a construir a base para estudos ulteriores de preparação para a universidade ou para o ingresso imediato em carreiras ou ocupações não universitárias. A síntese entre essas duas áreas de formação baseia-se na idéia de que “nas condições de vida moderna, em uma sociedade democrática deve-se pensar em uma educação humanística que, necessária como processo de humanização do homem supera a oposição clássica da cultura intelectual e o mundo do trabalho”. O novo tipo de ginásio terá em vista que a “sedimentação de conhecimentos gerais e ao mesmo tempo operacionais é imprescindível à maturação da personalidade e ao exercício permanente e flexível de atividades produtivas”.<sup>500</sup>

Nesse caso, a proteção do Estado, através de financiamento da educação, constituiu-se como pressuposto para a iniciativa privada alcançar o desenvolvimento econômico provendo-se de mão-de-obra adequada, visto que a trajetória rural e agrária da sociedade retardou a formação de uma quota profissional com esse perfil. O pensamento caracterizado como liberal vigente na administração pública nessa

---

499Além do PREMEM o governo estadual organizou o Plano Integrado de Educação que previa a construção de 2.500 salas de aula e a contratação de 6.300 professores. Ao mesmo tempo em que investiu na escolaridade o governo providenciou, também, a ampliação dos recursos financeiros estaduais e incentivos fiscais ao Centro Industrial de Aratu e alocou na região 104 empresas privadas e gerou aproximadamente 19.000 empregos diretos.

500Arquivo Público de Estado da Bahia (APEB), Diário Oficial do Estado da Bahia, 9 de janeiro de 1971, p. 27 e 28.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

conjuntura e as reformas educacionais previstas nesse projeto pressupunham a construção de uma infra-estrutura adequada ao novo processo de urbanização – secundarizando, por conseqüência, a zona rural –, uma diretriz pedagógica centrada no indivíduo e no mercado de trabalho e uma forte intervenção estatal na educação pública por meio de investimentos maciços.

A discussão sobre o caráter que o liberalismo assume nos discursos e nas práticas da elite no contexto da ditadura brasileira, ocorrida entre 1964 e 1985, merece ser ampliada. É preciso explicitar as contradições entre a busca constante de autonomia da iniciativa privada visando a liberdade na regulação do mercado e os incentivos solicitados ao Estado para viabilizar o crescimento econômico, a aquisição de bens de capital e o consumo massificado de produtos industrializados.

No caso em evidência, as contradições aparecem em virtude da concepção que a escolaridade de nível intermediário vai adquirindo nas políticas governamentais no estado da Bahia. Transparece, também, na sua execução dentro de um contexto ditatorial que restringia os direitos individuais constitucionalmente garantidos – depois abolidos – e feria a legislação internacional de direitos humanos, protagonizada por sociedades de outros países que possuíam ampla discussão sobre democracia e liberalismo.

Se por um lado o liberalismo político nunca encontrou absorção absoluta na elite brasileira em virtude da concentração e compartimentação do poder nos núcleos federativos do país, por outro, o liberalismo econômico sempre encantou os investidores privados. Todavia, desde o período colonial, a dependência estatal impediu a plena liberdade de regulação mercadológica tendo em vista, quase sempre, a inexistência dos recursos financeiros para investimentos, quer na estrutura fundiária ou no parque industrial.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

O “enigma baiano”, questionamento do governador Antônio Balbino sobre as razões do atraso econômico baiano, reforça essas contradições, explicita a competição interestadual e mostra as razões históricas do relacionamento entre as esferas pública e privada na Bahia.<sup>501</sup> Uma das tentativas de resposta a essa concreta – e não enigmática – estagnação econômica baiana foi a ação inovadora de Anísio Teixeira à frente da Secretaria de Educação durante a gestão de Balbino. Apesar da aceleração e qualidade das políticas educacionais promovidas nesse período, percebe-se a vinculação conjuntural e ideológica com os problemas econômicos existentes na Bahia e a relação explícita entre a crise e a educação como instrumento de superação.

Ao mesmo tempo em que o governo estadual investiu na infra-estrutura econômica e na formação técnico-educacional dos indivíduos, mantendo a elite como consumidora parasitária do poder público, Rômulo Almeida defendeu, como assessor governamental, a teoria econômica do livre comércio, não obstante, defendesse a intervenção do Estado no planejamento do desenvolvimento econômico e tecnológico. Essa combinação entre liberalismo econômico e igualdade social promovida pelo Estado, que era ao mesmo tempo agente e interlocutor dos interesses da elite, não logrou sucesso e Rômulo Almeida foi vencido pela perspectiva conservadora elitista que via a competição liberal como ameaça a sua hegemonia e estabilidade econômica.<sup>502</sup>

As mesmas motivações levaram Luiz Viana Filho a firmar acordo com o PREMEM e envidar esforços para seu financiamento e execução. A década de 1970 foi caracteristicamente um período de mudanças profundas na política baiana tendo em vista a alteração na correlação de forças entre os principais grupos dominantes. Ao mesmo tempo em que se constituiu uma aliança para fomentar o desenvolvimento

---

501AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o “Enigma baiano”. Salvador, v.5, n.4, 1977. pp. 123-135.

502ALMEIDA, Rômulo. Rômulo: Voltado para o futuro. Fortaleza, BNB, 1986, p.242.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

econômico e garantir a estabilidade política em meio às crises da ditadura abriu-se uma competição interna para disputar a hegemonia do poder estadual.<sup>503</sup>

Apesar disso, Luiz Viana Filho, contava ainda com o respaldo de grande parte da elite e buscou inserção no governo federal para garantir, através do acordo, a participação estadual nessa iniciativa de promover a ampliação do acesso ao ensino médio e formar mão-de-obra escolarizada para ocupar postos de trabalho nas indústrias fomentadas pelo governo da Bahia.

A vinculação entre o mérito educacional da proposta e o interesse econômico fica explícita no decreto federal n.º 63.914, de 26 de dezembro de 1968, que provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio. Um dos requisitos básicos para a celebração do convênio com os estados é a composição econômica da região o que implicou em selecionar e adaptar o conteúdo e as técnicas às potencialidades produtivas dos municípios onde foram implantadas as unidades escolares polivalentes.

Ao mesmo tempo, a formação dos professores nas licenciaturas acelerou-se visando a criação de um contingente maior de profissionais que pudessem atender às demandas e possuísem as características desejadas para a finalidade do programa em análise.

Se tomarmos por base as demais iniciativas de controle e restrição na política educacional brasileira na ditadura e a ingerência do USAID nos projetos do MEC teremos a dimensão ideológica desse vínculo entre o poder central e os estados derivado de acordos internacionais forjados para reforçar o estado ditatorial. Consequentemente, será possível perceber que o ponto de convergência entre os diversos setores dirigentes da elite não pode ser o liberalismo, nem sob sua perspectiva política e nem pelo ponto de vista econômico, uma vez que essa elite está

---

503DIAS, José Alves. Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966 – 1982). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

diretamente ligada a uma condição autoritário de governo e não responde diretamente aos estímulos capitalistas que pugnam pela autonomia da iniciativa privada ante os desafios da produção e do consumo.

Conclui-se, portanto, que o plano de subsídios ao ensino médio, assim como as demais tentativas posteriores, representou a ingerência do Estado na preparação de um contingente humano para atender às necessidades de uma sociedade industrializada. Ao mesmo tempo impunha conceitos filosóficos e políticos de origem conservadora e autoritária utilizando-se de técnicas progressistas evidenciadas em países com ampla participação cidadã nos limites da democracia formal vigentes no pós-guerra.

O resultado aponta para contradições na postura liberal de assessores técnicos, como Rômulo Almeida, e de lideranças políticas, como Luiz Viana Filho, ressaltando, no caso desse último, a participação na ditadura. Assim, parece mais propício dizer que o desenvolvimento conformou os interesses da elite na Bahia conquanto as formulações e as iniciativas partissem de um espectro ideológico não condizente com as políticas efetivamente realizadas.